

O pouco de liberdade

Ricardo Goldenberg

Eu estou condenado, a existir para sempre para além da minha essência, para além dos móveis ou moventes e dos motivos do meu ato: eu estou condenado a ser livre.

JEAN-PAUL SARTRE (*O Ser e o Nada*)

A liberdade é um tema metafísico da maior envergadura, classicamente dividido em dois problemas, o da liberdade *de* e o da liberdade *para*. Jacques Lacan se ocupa disso em 1964, precisamente depois de ter sido levado a fundar a sua própria escola, não em dissidência mas em desespero de causa, já que as censuras da IPA sobre a sua prática e a subsequente revogação da sua condição de didata só podiam ser entendidas como uma injunção que lhe dizia: “Tu não és psicanalista”. Aborda a questão pelo viés da submissão do homem à linguagem, para concluir no *pouco de liberdade* que o sujeito pode ter em relação ao significante. E chega a esta conclusão depois da trabalhosa elaboração do que veio a ser chamado de “causação do sujeito”. Esse percurso é bem conhecido. Menos conhecido é o debate oculto com o filósofo-herói da contracultura, Jean-Paul Sartre.

O filósofo lançava a sua sentença condenando o homem à liberdade, na mesma época em que Denis Hopper mostrava dois homens livres, no sentido moderno de sem amarras, em seu filme-ícone *Sem destino* (tradução apropriada, aliás, do título *Easy Rider*) e o psicanalista se ocupava das determinações do sujeito.

Sartre reflete sobre a liberdade enquanto discute a curiosa natureza da consciência humana. Esta consciência que é em primeiro lugar consciência *de* alguma coisa, de qualquer coisa que não ela mesma. Este “qualquer coisa” atende pelo nome de *ser-em-si*. “O ser que é aquilo que é”, expressão que torna clara a sua opacidade, o seu caráter maciço e estático: “isso” não é nem possível nem necessário, *é*, simplesmente. Uma caneta poderia pensar-se como uma realização

concreta do conceito de escrita. Sua essência consistiria nesta idéia, e nada pode esperar-se dela, além de servir para escrever sobre papel. A vejo sobre a minha escrivantina sem consciência de si ou do mundo. Ela apenas *é*. Já a consciência não é apenas *em-si*, como a caneta, mas também *para-si*, isto é, sabe do mundo mas também sabe de si. Está presente a si mesma.

Enquanto *para-si* a consciência não teria uma essência determinada. Durante a sua existência ela define, a cada momento, o que é tal essência. Cada pessoa só tem como essência imutável, aquilo que já viveu. Posso saber que o que fui se definiu por algumas características ou qualidades, bem como pelos atos que já realizei, mas tenho a liberdade de mudar minha vida daqui em diante. Nada me compele a manter esta essência, que só é conhecida em retrospecto. Podemos afirmar que meu passado é *em-si*, possui uma essência conhecida, mas essa essência não é predeterminada. Donde o *dictum* existencialista: "a existência precede e governa a essência".

Por estar sempre projetada fora de si, pela imaginação e pela vontade, a consciência tem o *poder de transformar em nada qualquer ser-em-si*. Por não ter essência, escapa a qualquer determinismo. Somente ela se auto-determina enquanto atividade de negação. E *esta nulificação produzida pelo desejo é a liberdade*. Não se está postulando, contudo, nenhuma onipotência do desejo, já que são as limitações que tornam a liberdade possível, pois se pudéssemos realizar qualquer coisa que quiséssemos, estaríamos no universo do sonho, como o super-homem, que é o sonho de Clark Kent. No mundo real, são as limitações que me impõem escolhas. Mesmo um homem preso a uma cama é livre de querer se curar e andar. Esta é, para Sartre, a liberdade a que ninguém pode renunciar, mesmo querendo: "não é a liberdade de realização, mas a liberdade de eleição". O importante não é o que o mundo fez de você, mas o que você faz com aquilo que o mundo fez de você. Ainda que o desejo seja de morrer ou de não desejar, mesmo assim, o homem está arrancado fora do seu *ser-em-si* e jogado no *ser-para-si*.

Nada determina o sujeito. Ou se é livre ou não se é livre. Não se pode ser livre e se estar determinado ao mesmo tempo. Para o psicanalista, contudo, não existe aqui nenhuma contradição. Podemos considerar-nos determinados sem deixarmos de ser livres, sim. E tal liberdade consiste precisamente em livrar-nos da sina desta determinação. Lacan denomina *alienação* a determinação que o sujeito recebe do significante que lhe vem do Outro, e *separação* o movimento de desvencilhar-se de tal submissão, apelando ao que ele mesmo seria para o Outro enquanto objeto de seu desejo.

*

Freedom's just another word for "nothing left to lose"
JANIS JOPLIN

Segundo Bob Dylan, “Quando você não tem nada, nada tem a perder”. Mas nada, ensina a psicanálise, não apenas é algo, como algo que você pode até dar como presente de amor. E Freud fazia a hipótese de que as mulheres eram destemidas por já terem perdido tudo que tinham para perder. E os psicanalistas, como as mulheres, estão obrigados a operar com aquilo de que carecem. O problema começa quando se atrapalham com o que tem, no caso dos homens, ou com a reivindicação do que deveriam ter, no das mulheres (por isso nos foi dito, que as mulheres são as melhores analistas, quando não são as piores).

A liberdade como um outro nome de “nada a perder” é, portanto, uma idéia que merece respeito. Não na interpretação do bandido, que não perde nada por matar-te, já que isso centraria o problema no que se tem para ganhar, e me parece que a idéia instigante é a que acena para um outro modo de haver-se com a falta mesma. Entretanto, embora soem bem poeticamente, e melhor filosoficamente, frases como “a carência enquanto tal” ou “a negatividade tomada positivamente” não dizem muito por dizerem demais.

Em primeiro lugar, porque não precisamos renunciar ao bom senso e deixar de perceber que só se pode pensar a carência à luz daquilo de que se carece ou se careceria, dada determinada circunstância. Ou seja, a falta “em si” está profundamente ligada ao problema da escolha que, como todo mundo sabe, tem mais a ver com o que se deixará perder que com o que se guardará. Optar por macarrão em vez de bife, por exemplo, eleva o recipiente de alumínio com carne requentada, que permanece no carrinho da aeromoça, ao *status* de *representante* da falta enquanto tal. Haver-se com ele não é tão tranquilo quanto parece, como nos lembram os Irmãos Marx:

–Chá ou café?

–Sim, obrigado

O passo seguinte é pensar que posso reter ou ceder tal representante. Facilmente, no citado caso da carne, já que ela não me interessa, mas poderia acontecer de ele representar o que me faz desejar; ou seja, o que não tenho e queria. Ceder *isso* a outrem parece e é bem mais complicado. Antes de contar uma história de amor que ilustra belamente este ponto, preciso fazer observar que um *presente* não leva esse nome à toa. Com efeito, trata-se de um objeto apresentado para evocar uma ausência. Ou melhor, duas: a do presenteado para o presenteador (“Ah!, a falta que você me faz...”), e a deste para aquele, já que a “lembrancinha”, como se diz, está presente no meu lugar.

Era uma vez, então, dois amantes pobres que para presentear-se no primeiro aniversário do casamento decidem, ele, trocar seu precioso alaúde por uma fivela de ouro para sua amada. E ela, trocar seus formosos cabelos loiros por cordas novas para o alaúde do seu amor músico. Note-se que a fivela e as cordas adquirem um significado novo, que faz delas *signos de amor*, por representarem a privação consentida do objeto mais precioso no haver. Ao privarem-se do bem que possuem para transformá-lo em algo que darão ao bem amado, o que entregam é um *representante da falta que faz desejar*.

A psicanálise trabalha com a hipótese de que todos representamos alguma vez a carência inerente ao desejo materno, e foi da separação desta significação (“tu és aquilo que me falta... logo, é devido à falta de ti que desejo...”) que obtivemos o pouco de liberdade que nos permite jogar com a nossa ausência e a nossa presença no circuito das trocas amorosas pela vida afora. Esta operação atende pelo nome freudiano de “complexo de Édipo”, e constitui o miolo da teoria lacaniana da liberdade.

Navegar é preciso

“Navegar é preciso, viver não é preciso”. A primeira vez que ouvi Caetano cantar este verso de *Os Argonautas* (transcrito de uma divisa grega antiquíssima via Fernando Pessoa), morava em Buenos Aires e não falava o português. Fiquei encantado com o que tinha entendido do que escutara, a saber, que os navegantes preferiam morrer antes que parar de navegar. Estava aí uma bela definição da liberdade para uso da psicanálise: o homem assume um desejo qualquer como uma necessidade inapelável, maior que a vida.

Vinte e cinco anos depois, para minha decepção, um erudito lusófono fez troça de mim ao explicar-me que a verdade da divisa em questão era bem mais prosaica. Tratava-se de uma reles constatação: a navegação seria exata, enquanto a vida, inexata. Já os anglófonos, quando um semelhante perde a compostura frente a uma inadiável urgência da vida –isso que denominamos genericamente de “necessidades” ou, como ensina o dicionário, “precisões”–, justificam fleumaticamente o desaforo sentenciando: “quando precisa ir, precisa ir”. Trata-se menos de uma justificação do despautério que da constatação das coerções que nos afetam a todos, limitando a grandeza daquela vontade livre que Kant descrevera como a pérola da humanidade, fonte e origem dos mais belos e grandiosos atos morais, artísticos e políticos.

Eu prefiro, contudo, a *minha* interpretação da divisa grega. Pode que seja falsa, mas é mais bonita e adequada para a tentativa de um mundo menos imundo.

Claro que frente à afirmação de ser mais importante navegar que permanecer vivo, devemos decidir se ali se cometeu uma figura poética, um erro de lógica ou um ato de fé. De decisões deste tipo depende o destino da mensagem; de qualquer mensagem.

Quando Jeanne D'Arc ajoelha frente Charles de Ponthieu para comunicarlhe a visão de que ele seria o próximo rei da França, o nobre devia optar entre enxergar na menina de cabelo rapado, vestida como um pajem, uma louca ou uma iluminada. Sabemos da sua opção pelo resultado. Já os historiadores, dependendo das suas próprias convicções, tomarão o advento de Charles VII como prova do dom visionário da moça ou como a conclusão de um ato que ela ajudou a desencadear. Minha hipótese é que receber desta maneira a confirmação do próprio lugar na sua linhagem, numa época em que o sobrenatural estava bem presente nas subjetividades, contribuiu, talvez decisivamente, ao movimento de assunção do desejo de enxotar os ingleses da França e ao ato que o realizaria. Não pretendo explicar nada com esta ilustração, muito menos a História. Seria um reducionismo da pior espécie. Quero apenas instigar um debate sobre a liberdade, deixado de lado senão abandonado pela nossa adesão ao determinismo positivista, que Freud nos legou junto com o conceito de inconsciente.

*

Pode-se ainda falar em liberdade sem recair nas velhas aporias da autoconsciência? A resposta é *sim*, e pode ser amparada em três fórmulas lacanianas relativas ao inconsciente freudiano, mais citadas que lidas:

O inconsciente é o discurso do Outro

Trata-se da constatação clínica básica, decorrente da divisão do sujeito entre enunciado e enunciação, de que só falo propriamente de mim quando me refiro a

outra pessoa, e quando acredito estar falando de mim não sei realmente o que digo. Por isso o percurso da experiência pôde ser descrito como “o analisando começa falando de si próprio, mas não se dirige a mim; ou então, se se dirigir a mim, não é dele que fala. Quando falar dele para mim, a sua análise estará finda”. O espírito da "associação livre" está resumido na máxima: *de alio in oratione, tua res agitur*¹.

O analista faz parte do conceito de inconsciente

O psicanalista faz parte do conceito de inconsciente porque este último não é uma elucubração teórica abstrata, mas a realização concreta da fórmula da comunicação que diz que o emissor recebe do receptor a sua própria mensagem sob uma forma invertida. O analista está incumbido de mostrar isso a quem de direito, encarregando-se de que a mensagem que este acredita estar enviando a terceiros chegue a seu verdadeiro destino, que é o próprio remetente. *O destinatário é o remetente*, descoberta elementar do tratamento psicanalítico.

O status do inconsciente não é ôntico, mas ético.

O inconsciente não seria uma entidade já dada no interior da psiquê do paciente, mas o resultado da interação com seu psicanalista, melhor conhecida como “transferência”. Portanto, que haja ou não inconsciente em uma psicanálise em particular depende de que os significantes produzidos nela alcancem ou não seu destinatário. E isso resulta das decisões do analista quanto a suas intervenções (o que se deu em chamar de “direção do tratamento”).

Derivam-se disso duas conseqüências de peso. Primeira, o critério de analisabilidade não seria universal, mas relativo a uma escuta. Se por qualquer motivo meu interlocutor não puder se ouvir através de mim², não terá havido

¹ O que o outro diz, te concerne (literalmente, o discurso do outro é teu assunto)

² Isso também serve para terminar com a fama indevida do psicanalista como super-herói da audição: não adianta que apenas um escute, precisa que o outro se escute com ele. Caso

inconsciente nesse tratamento. O que não impede que, com outro profissional, parasitado por diferentes resistências, o inconsciente venha a *ex-sistir*. Afirmar o status *ético* do inconsciente implica em dizer, em primeiro lugar, que a interpretação será sempre uma *decisão* do analista, único capitão em seu barco, como diz Lacan. Mas, como nem sempre esta decisão terá sido certa, cabe ao marinheiro reorientar o timão, caso se tornar evidente que o comandante perdeu o rumo. Esta iniciativa do analisante *também* é questão de ética, porém jamais teorizada ou sequer mencionada quando se fala da condução dos tratamentos³.

A segunda conseqüência é que não há, para todos os efeitos, dois inconscientes, mas apenas um, o da análise. Do ponto de vista prático, isso quer dizer que o inconsciente aparece, ora do lado analisante, ora do lado analista. Um ato falho “meu” durante uma sessão é responsabilidade do analisante: “Pode associar, que o lapso é seu”. Há motivos pessoais para esta emergência imprevista, claro, e poderiam ser encontrados, mas pouco importam para a psicanálise em questão, que não é a minha⁴. Não posso desenvolver este ponto aqui, apenas lembrar que o psicanalista é dispensável enquanto a análise anda sem obstáculos. É quando emperra que o psicanalista vira indispensável e deve estar à altura da sua função, que é pôr o inconsciente a trabalhar e recolher seus produtos. Um *acting out*, por exemplo, não é um pecado, desde que o analista se disponha a aprender com ele onde foi que se perdeu. Torna-se um impasse se ele não perceber que faltou em seu lugar, e a análise costuma se deter neste ponto. Porém só se trata de um pecado mesmo quando o analista teima em culpar o seu paciente pela detenção. Quero dizer, para dar uma idéia do que estou pensando, que Dora fez

contrário, vira análise selvagem, isto é, intervenções fora da transferência. É o motivo típico pelo qual se pede uma supervisão: o analista ouve o que o paciente disse, mas este se agarra firme ao que quis dizer, e o movimento se detém.

³ Desenvolvi a idéia de uma *ética do analisante* em uma velha intervenção que fiz em um colóquio organizado por Bety Milan. O título era “Cada um tem o analista que merece”.

⁴ Se for do meu interesse, posso até recorrer a um analista para falar sobre isso, mas não durante o tratamento que conduzo. Ali, a responsabilidade é do meu analisante: este foi, na minha opinião, o erro estratégico de Ferenczi –que tinha perfeitamente clara a existência de um único inconsciente na cura– ao propor a análise mútua.

muito bem em abandonar Freud, o que ele mesmo não deixou de reconhecer *ex post facto*.

São Paulo 2010